CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 709/84

INTERESSADA: LEANI MARIA PELEGRINI SILVA

ASSUNTO : Consulta sobre matrícula de aluna - ESEF de Cruzeiro

RELATOR : Cons. Alpínolo Lopes Casali

PARECER CEE Nº 1261 /84 -CTG- APROVADO EM 15/08/84

1. HISTÓRICO:

Leani Maria Pelegrini Silva, após classificação em concurso vestibular, matriculou-se no 1º ano, em 1978, da Escola Superior de Educação Física de Cruzeiro.

Em 1979, matriculada, abandonou os estudos no primeiro semestre do 2º ano, sem que, portanto, houvesse sido requerido o trancamento de matrícula.

Em 1984, após classificação em concurso vestibular, a interessada pretendeu matricular-se no 2º ano, " após convalidação dos estudos do 1º ano".

Objetivando saber se assim pode matricular-se dirigiu-se ao Conselho Estadual de Educação.

A Escola confirmou as informações prestadas pela interessada (fl. 3 -).

2. FUNDAMENTAÇÃO:

A Resolução CEE nº 69, de 6 de novembro de 1969, além do currículo mínimo do curso de Educação Física, fixou a carga horária mínima de 1.800 horas de aula, a ser cumprida, no mínimo, em três (3) anos, e, no máximo, em cinco (5) anos.

Ultrapassado esse máximo, o aluno se expõe ao disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, com a redação dada pela Lei nº 5.789, de 26 de junho de 1972.

Conforme o art. 6º, na forma dos estatutos ou dos regimentos, será recusada nova matrícula, nas instituições de ensino superior, ao aluno que não concluir o curso completo de graduação, incluindo o 1º ciclo, no prazo máximo fixado para a integralização do respectivo currículo.

Mais: não será computado, no prazo de integralização de ciclo ou curso, o período correspondente ao trancamento de matrícula, feita na forma regimental.

Ainda: O prazo máximo a que se refere o artigo será estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, quando for o caso de currículo mínimo, devendo constar, dos estatutos ou regimentos, inclusive o dos cursos criados com base no art. 18 da Lei nº 5.540, de 1968.

Ocorre, porém, que, na linha da orientação do Conselho Federal Educação, como firmado, entre outro, no parecer CFE nº 2729/77, o Conselho Estadual de Educação entende que o "aluno, jubilado", desde que classificado em novo concurso vestibular, com direito à matrícula, pode requerer o aproveitamento dos estudos realizados em séries anteriores, de modo a vir a situar-se na série que lhe for adequada (Parecer CEE nº 378/84).

Importa frisar que o concurso vestibular deve corresponder ao ano letivo em que o "aluno jubilado" pretender matricular-se.

E, se houver, nas séries anteriores, novas disciplinas, o aluno deverá cumpri-las, ainda que no regime de adaptação.

Essa a resposta à consulta da interessada, que reside em Cruzeiro, na Rua Marciliano Machado de Carvalho, nº 70.

A Escola não deverá ficar alheia ao que ora é deliberado, motivo pelo qual se lhe dá ciência do Parecer CEE.

3. CONCLUSÃO:

Dê-se conhecimento do presente Parecer-CEE à Escola Superior de Educação Física de Cruzeiro e à consulente Leani Maria Pelegrini da Silva.

São Paulo, 16 de julho de 1.984

a) Consº Alpínolo Lopes Casalí
Relator

4 - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Armando Octávio Ramos, Paulo Gomes Romeo e Roberto Vicente Calheiros.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 25/07/84.

a) Consº Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães-Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos Termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 15 de agosto de 1984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE